

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Acordo abre caminho para megaleilão do pré-sal	2
Título: Não faz sentido fazer parte da Opep, diz Guedes	3
Título: O Dia D	4
Título: Haja luz.....	6
Título: Empresa prestou serviço à Petrobrás	6
Título: Navio grego é suspeito de vazamento de óleo, aponta investigação	7
Título: Mercado está mais otimista sobre rumo do Ibovespa	8
Título: Inpe estima rota da poluição, que poderá chegar ao Rio.....	9
Título: Multa é de R\$ 50 milhões, mas cabe indenização até a pescadores.....	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: ALTO MAR	11
Título: Em nova fase	12
Título: Navio grego é alvo da PF por vazamentos de óleo no NE	13
Título: Proprietária de navio diz que não foi procurada pelo Brasil	16
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Rotas da energia do sol ao carvão	16
Título: Cessão onerosa é ‘suco de jabuticaba’, diz Guedes	18
Título: Um Crivella pode custar ao país uns US\$ 30 bilhões	20
Título: Navio que derramou óleo no Nordeste é grego, diz PF.....	21
Título: Para cientistas, faltam dados que ajudem a conter crise ambiental.....	23
Título: Volume do vazamento é incerto.....	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26

Título: Criminosamente omissos.....	26
Título: Mancha inicial tinha 200 km	29

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes Vinicius Neder / RIO

Título: Acordo abre caminho para megaleilão do pré-sal

Petrobrás e governo assinam revisão do contrato de cessão onerosa após quatro anos de negociação; leilão está marcado para dia 6

O governo e a Petrobrás assinaram ontem a revisão do contrato da cessão onerosa, encerrando negociação que se arrastou pelos últimos quatro anos e envolveu três presidências da República. A assinatura do aditivo garante à estatal o direito de receber R\$ 34 bilhões, diferença entre o que a Petrobrás pagou em 2010 pelo direito de explorar uma região no pré-sal e quanto, em valores atuais, a área realmente vale. Concluído o acordo, será possível realizar o megaleilão do pré-sal, de excedentes da cessão onerosa, na próxima quarta-feira. Classificada como “monstrengo” e “jabuticaba” pelo presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, e desconhecida pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, até há pouco tempo, a cessão onerosa é um regime único no mundo e deu à Petrobrás o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente de petróleo e gás natural.

Em troca, o governo recebeu ações da companhia. Durante a exploração, a estatal descobriu o triplo do volume contratado e o governo decidiu levar o excedente a leilão. Com o leilão do excedente da cessão onerosa, o governo espera arrecadar um bônus de assinatura de R\$ 106 bilhões, se forem vendidos os quatro campos ofertados – Búzios, Itapu, Atapu e Sépia. De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, presente à cerimônia de assinatura, o leilão do excedente será um marco para a indústria de petróleo no Brasil. “Nenhuma das medidas tomadas pela retomada do setor de petróleo tem o mesmo efeito da cessão onerosa”, disse Oddone, destacando a projeção de aumento de produção e arrecadação para governos com o leilão.

Presente ao evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que com os investimentos previstos nas novas áreas licitadas, a arrecadação em todas as esferas de governo poderá chegar a R\$ 80 bilhões por ano. “Boa parte da construção do futuro (do Brasil) está em cima desses investimentos”, afirmou Guedes. A região da cessão onerosa vem sendo explorada pela Petrobrás desde 2010. A empresa descobriu no local os campos de Búzios, Itapu, Atapu, Sépia e Sul de Lula. Em pouco tempo, Búzios se tornou o segundo maior campo produtor de petróleo do País, e já tem lance garantido da própria Petrobrás no leilão do dia 6, assim como o campo de Itapu. Juntos, os dois campos representam R\$ 69,9 bilhões para os cofres da União, mais que o dobro arrecadado em todos os leilões já realizados sob o regime de Partilha de Produção (R\$ 31,1 bilhões).

“O fato da Petrobrás ter manifestado interesse garante 70% do bônus, já garante o sucesso do leilão”, festejou Oddone. Segundo o presidente da Petrobrás, a assinatura do acordo foi “uma vitória, após quatro anos de discussão”. Em função dos elevados bônus de assinatura, a Petrobrás vai participar com sócios em todos os lances do leilão, de acordo com Castello Branco. Além da estatal, estão habilitadas 11 grandes petroleiras. Estão inscritas as americanas ExxonMobil e Chevron; a anglo-holandesa Shell; as chinesas CNODC e CNOOC, a colombiana Ecopetrol, a norueguesa Equinor, a portuguesa Petrogal, a malasiana Petronas e a QPI, do Catar, e a Wintershall, da Alemanha. A BP e a Total chegaram a se inscrever, mas anteciparam que não vão participar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Economia

Autor: F.N. e D.L.

Título: Não faz sentido fazer parte da Opep, diz Guedes

O compromisso do governo de Jair Bolsonaro com a democracia e a economia de mercado dominou o discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a cerimônia em que União e Petrobrás assinaram o aditivo ao contrato da cessão onerosa, um dia após declarações do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre possível retorno da ditadura militar mobilizarem o Congresso e as redes sociais. Em pouco mais de uma hora de evento, Guedes usou as palavras democracia e democrático 17 vezes. O deputado disse que, caso a esquerda radicalizasse, a resposta seria a reedição do AI-5, o mais duro ato institucional do período militar.

Como defensor dos fundamentos econômicos liberais, Guedes afirmou que o governo pretende “reforçar a democracia e respeitar o povo brasileiro”. Ele ainda contrariou o presidente, que durante a visita à Arábia Saudita,

demonstrou interesse na adesão do Brasil ao seleto grupo dos grandes exportadores de petróleo, a Opep. Para Guedes, não faz sentido o País ingressar num cartel. “Promover desorganizações sociais em outros países com choques de petróleo não está no cardápio do Brasil”, disse o ministro, acrescentando que o governo tem suas “concepções” liberais e jamais fortaleceria cartéis “para encurralar democracias”. A Opep tem a tradição de interferir na cotação do petróleo.

Na década de 70, optou por reduzir a produção para valorizar a commodity, o que derrubou economias, inclusive a brasileira, e provocou a maior crise da história do setor. Guedes contou que, com o presidente Bolsonaro, vai ao Congresso na terça-feira para apresentar o programa de reformas planejado pela equipe econômica. Segundo ele, são recorrentes os contatos do Executivo com deputados, senadores e com o Tribunal de Contas da União (TCU). “Estou vendo um movimento muito cooperativo entre as instituições, e em bases novas”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O Dia D

O dia 6 de novembro vai marcar a coroação do pré-sal brasileiro. Neste dia será realizado o chamado megaleilão do petróleo. Os números são gigantes e mostram todo o potencial do chamado excedente da cessão onerosa, tanto de arrecadação por meio do bônus de assinatura, dos royalties e excedente de óleo quanto em relação aos investimentos que vão ocorrer nos próximos anos. Vamos aos números. É o maior leilão já realizado no mundo em termos de valor de arrecadação de bônus de assinatura: serão R\$ 106,56 bilhões. O valor é alto porque estão sendo oferecidas áreas onde a Petrobrás já investiu em exploração e produção. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima que o pico de produção de petróleo nessas áreas alcançará 1,2 milhão de barris/dia. Para ter uma ideia, o Campo de Búzios, um dos quatro que serão leiloados, já é o segundo maior em produção de petróleo no Brasil, com uma média de 341 mil barris/dia em agosto de 2019.

Quanto aos investimentos, a ANP prevê R\$ 264 bilhões, considerando a introdução das plataformas que iniciarão operação após 2020. A agência também prevê um potencial de arrecadação de R\$ 1,37 trilhão nos próximos 35 anos com a produção dos quatro campos: Búzios, Atapu, Itapu e Sépia. Mas, para chegarmos a este Dia D, muito teve de ser feito ao longo dos últimos 22 anos. A história começa com a aprovação, em 1995, da Emenda n.º 9, que

retirou o monopólio da Petrobrás da Constituição, permitindo que em 1997 fosse sancionada pelo presidente FHC a Lei 9.478. Essa lei abriu o mercado de petróleo, autorizando a realização dos leilões de blocos de petróleo e gás natural. O sucesso dos leilões foi total com a entrada de grandes empresas petrolíferas internacionais e a criação de empresas nacionais.

O regime jurídico escolhido foi o da concessão, no qual as empresas disputavam os blocos oferecendo o maior bônus e comprometimento com o conteúdo local. Com o início da produção de óleo e gás natural, pagariam royalties e participações especiais. De 1999 até o anúncio do pré-sal, em 2008, foram realizados 9 leilões, entraram no Brasil 87 empresas e foram arrecadados R\$ 100,3 bilhões de royalties e participações especiais. A produção de petróleo, que era de 307 mil barris/dia em 1997, chegou a 663 mil barris/dia em 2008. Com o anúncio do pré-sal, a aposta era de que o Brasil passaria a viver uma era de ouro do petróleo. Afinal, as reservas que se avistavam eram gigantes e o preço do barril de petróleo andava em torno dos US\$ 100.

Na medida em que o pré-sal passou a ser um projeto político do governo do PT, a era de ouro não se concretizou. Ao invés de aprimorarmos o modelo da concessão diante do novo cenário do pré-sal, aprovamos o modelo da partilha, dando no mínimo 30% dos campos do pré-sal à Petrobrás, como também o monopólio da operação. E o pior: ficamos seis anos sem realizar leilões, com o barril a US\$ 100. Essa paralisação dos leilões, por motivos estritamente políticos, foi um dos maiores crimes cometidos por um governo contra gerações futuras de brasileiros, em particular as do Rio de Janeiro. O setor de óleo e gás só começou a se recuperar com a aprovação do projeto de lei do senador José Serra que acabou com as exigências dos 30% e do monopólio de operação da Petrobrás.

Na sequência, o governo Temer muda a política de conteúdo local, aprova o Repetro e estabelece um calendário de leilões. Isso explica o sucesso dos leilões. Do governo Temer até agora foram realizados 3 leilões de concessão e 4 de partilha; foram arrecadados R\$ 37 bilhões de bônus de assinatura, e as projeções da ANP, incluindo os leilões deste ano, são de arrecadação de royalties de R\$ 5,6 trilhões até 2054; e os investimentos esperados até 2030 são de R\$ 1,7 trilhão. O leilão do dia 6 de novembro coloca o Brasil numa posição de protagonismo no mercado de óleo e gás mundial. No entanto, ainda há muito a fazer.

Nesse sentido, a aprovação do novo projeto do senador Serra que ora tramita no Senado, propondo o fim da preferência da Petrobrás e permitindo ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) escolher entre a concessão e a partilha nos leilões do pré-sal, será um outro passo fundamental para a

continuidade do sucesso dos leilões.] DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Haja luz

Direto da fonte

Já está dando ruído uma consulta pública anunciada pela Aneel que receberá, durante um mês, sugestões sobre os subsídios pagos por consumidores que geram a própria energia elétrica, com painéis solares. Prevalece, na Comissão de Minas e Energia, a ideia de que é injusto reduzir os subsídios de cidadãos que investem seus recursos e geram sua própria energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: F.G.

Título: Empresa prestou serviço à Petrobrás

A empresa Delta Tankers tem 30 navios-tanque e já chegou a trabalhar para a Petrobrás, com o próprio navio Bouboulina, em ao menos duas ocasiões, em 2011 e 2016. Em 2011, o uso do navio custou US\$ 1,84 milhão (R\$ 7,34 milhões, em valor atual). Sua última operação para a Petrobrás ocorreu em agosto de 2016, conforme a petrolífera brasileira. A Delta Tankers operou outros quatro navios para a Petrobrás, entre 2011 e 2013, por US\$ 9,4 milhões (R\$ 37,5 milhões).

As informações constam de documentos recolhidos pela força-tarefa da Operação Lava Jato, que investigou esquema de favorecimento de navios gregos. Em agosto, essa denúncia deu origem a um processo, mas a Delta Tankers e sua frota não estão envolvidas nas irregularidades.

Segundo a petrolífera, desde julho de 2018 a empresa grega não presta serviços à Petrobrás. A petrolífera informou que em todos os contratos está previsto o “atendimento rigoroso de requisitos internacionais relacionados ao transporte marítimo”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/11/2019****Seção: Metrópole****Autor: FAUSTO MACEDO, DANIEL WETERMAN e EDSON FONSECA, ESPECIAL PARA O ESTADO****Título: Navio grego é suspeito de vazamento de óleo, aponta investigação**

Após análise de satélites, PF diz que navio grego é principal suspeito por óleo

Ambiente. Com apoio de empresa particular foram analisadas imagens da Nasa, da agência europeia e da Airbus que levaram a um vazamento de 200 km em 29 de julho; só o Bouboulina estava na área, mas proprietária diz não ter sido procurada por autoridades

Após um rastreamento por satélites, a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte e a Polícia Federal apontam que um navio de bandeira grega carregado de petróleo venezuelano, o NM Bouboulina, é agora o principal suspeito de ser a fonte do óleo que tem aparecido em várias praias nordestinas desde o início de setembro. Para obter mais provas, a PF deflagrou ontem a Operação Mácula, mirando empresas que estariam ligadas ao petroleiro no Brasil. A dona do navio diz que “não foi procurada” pelas autoridades brasileiras.

A representação do MPF do Rio Grande do Norte, assinada pelos procuradores Victor Manoel Mariz e Cibele Benevides Guedes da Fonseca, diz que há “fortes indícios” de que a Delta Tankers, o comandante do navio mercante e a tripulação deixaram de informar às autoridades acerca do derramamento de petróleo cru no Atlântico. De acordo com nota conjunta divulgada pelo Ministério da Defesa, pela Marinha e pela Polícia Federal, por meio de geointeligência, identificou-se uma imagem de satélite do dia 29 de julho relacionada a uma mancha de óleo a 733,2 km (cerca de 395 milhas náuticas) a leste do Estado da Paraíba. Segundo os órgãos, essa imagem foi comparada com imagens de datas anteriores, sem as manchas.

Houve ainda a colaboração de uma empresa privada, a HEX, com sede em Brasília. Segundo relatório técnico da HEX, só o navio Bouboulina passava por aquele ponto na data anterior à constatação do vazamento. A presença de um navio fantasma, uma das hipóteses anteriores, estaria descartada. “Não existe margem de erro. Somente uma embarcação atravessou o polígono da mancha naquela data”, afirmou o presidente da empresa, Leonardo Barros. A HEX identificou uma mancha de óleo de 200 quilômetros de extensão na origem do vazamento. A empresa teria sido procurada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para repassar dados para a PF. O estudo foi feito com

imagens e dados de satélites das agências espaciais americana (Nasa) e europeia (ESA) e da Airbus.

Intenção. Não é possível dizer se o vazamento foi intencional ou acidental. “Apesar de já ser possível falar sobre materialidade, autoria e circunstâncias de crime, ainda restam dúvidas sobre as circunstâncias, não sendo possível afirmar categoricamente se tal crime foi doloso ou culposos, se houve motivação, assunção de risco, negligência, imprudência ou imperícia, conclusões que poderão ser alcançadas no decorrer das investigações ora requeridas e de outras possíveis já na fase ostensiva da apuração”, dizem os procuradores na ação. Mais de 100 megabytes de informações foram apreendidos durante as diligências de ontem nas empresas Lachmann e Witt O Brien.

Segundo a Marinha, o Bouboulina ficou detido nos EUA por quatro dias, por “incorrekções de procedimentos operacionais no sistema de separação de água e óleo para descarga no mar”. Já a Polícia Federal informou que o petroleiro atracou na Venezuela em 15 de julho, onde permaneceu por três dias. Depois seguiu rumo a Cingapura, pelo Atlântico, tendo aportado na África do Sul.

Procuradas, a Lachmann afirmou ao Estado que não é alvo da investigação, ao passo que a Witt O Brien alegou que “jamais” teve como cliente a empresa Delta Tankers, dona do Bouboulina. Segundo o delegado Agostinho Cascardo, um dos responsáveis pela investigação no Rio Grande do Norte, as empresas não são suspeitas em princípio, mas poderiam ter arquivos, e dados úteis.

“Nem a Delta Tankers nem o navio foram contactados pelas autoridades brasileiras em relação à investigação”, disse a dona do petroleiro em comunicado. O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, afirmou que todos os envolvidos foram procurados e foi pedido auxílio nas investigações aos governos da Grécia, da Venezuela, da Nigéria, de Cingapura e da África do Sul.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Mercado está mais otimista sobre rumo do Ibovespa

Broadcast termômetro Bolsa

O mercado financeiro prevê desempenho mais positivo para as ações na próxima semana, segundo o Termômetro Broadcast Bolsa. A pesquisa tem como por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte. Entre 21 participantes, 57,14% esperam alta para o índice, ante 54,17% no levantamento anterior. Os

que acreditam em queda representam 14,29% do universo, parcela menor do que a de 29,17% da última pesquisa. E a fatia dos que veem estabilidade subiu de 16,67% para 28,57%. O índice apurou valorização de 0,77% nesta semana.

A próxima semana tem como principal destaque para o mercado de ações o leilão da cessão onerosa do excedente do pré-sal, na quarta-feira (6). Se todos os campos forem vendidos, o governo vai arrecadar R\$ 106 bilhões. A Petrobrás fará oferta por dois dos quatro campos que serão ofertados, Búzios e Itapu, cujos bônus de assinatura somam quase R\$ 70 bilhões, ou 70% do total. Na agenda, na terça-feira será divulgada a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidiu reduzir a taxa básica de juros, a Selic, de 5,50% para 5,00%. A despeito de ter sinalizado clara no comunicado a intenção de promover mais um corte de 0,5 ponto porcentual na taxa no encontro de dezembro, os diretores deixaram em aberto a possibilidade ou não de continuidade dos cortes a partir de 2020.

Nesse sentido, a ata poderá trazer detalhes sobre o plano de voo do Banco Central. Na quinta, o IBGE divulga o IPCA de outubro. Na mesma terça-feira da ata do Copom, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro entregarão ao Congresso propostas de reformas. A temporada de resultados do terceiro trimestre prossegue, com o setor financeiro em destaque. Divulgam seus números Itaú Unibanco, Banco do Brasil e B3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Internacional

Autor: Giovana Girardi

Título: Inpe estima rota da poluição, que poderá chegar ao Rio

Convidado pela Marinha só no dia 25 para colaborar com as investigações sobre o derramamento de óleo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) tem uma tecnologia que permite estimar por onde alguns bolsões com óleo podem estar se deslocando. Isso abre a possibilidade para tentar contê-lo antes de chegar às praias.

É assim que o instituto, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, deve colaborar a partir de agora. Especialista em monitoramento por satélite, o Inpe confirma o que vem sendo dito pelo governo federal, de que não tem sido possível ver por satélite o óleo se deslocando. O oceanógrafo Ronald Buss de Souza, interinamente como vice-diretor do Inpe, afirma que foram checadas as imagens disponíveis – e referentes às áreas mais próximas da costa – e não foram detectadas as manchas. Isso corrobora a ideia de que o deslocamento se dá na subsuperfície.

A partir de agora, o órgão vai fazer um direcionamento específico do satélite CBERS para obter imagens de alto-mar em áreas específicas. Além disso, o núcleo de oceanografia consegue analisar, a partir de dados de ventos e correntes marítimas, para onde o óleo pode estar indo – podendo chegar ao Espírito Santo e ao Rio. “O ponto é que existe mais óleo para vir e podemos mostrar onde está, antes que chegue às praias.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fábio Grellet / RIO

Título: Multa é de R\$ 50 milhões, mas cabe indenização até a pescadores

Segundo especialistas, valor depende do prejuízo, que vem aumentando; navio tinha obrigação de informar vazamento

A empresa grega Delta Tankers, dona do navio Bouboulina, apontado ontem como responsável pelo vazamento do óleo que atingiu o litoral brasileiro, pode ser condenada a pagar multa de até R\$ 50 milhões aos órgãos ambientais brasileiros por crime ambiental. Além disso, pode ter de indenizar todos os trabalhadores afetados pela sujeira, incluindo pescadores e donos de pousadas, de acordo com o prejuízo de cada um, e os governos federal, estaduais e municipais, conforme o gasto que tiveram com a operação de contenção e recolhimento do óleo, segundo advogados consultados pelo Estado.

O valor total que pode ser cobrado da empresa, portanto, ainda é impossível de calcular, porque os prejuízos vêm aumentando. “Esse tipo de acidente envolve tanto o Direito Ambiental como o Direito Marítimo, cujas regras acabam se entrelaçando, e o foco principal é o prejuízo ambiental. Os processos devem tramitar na Justiça Federal, e cabe à empresa acusada a responsabilidade de provar que não foi ela. Claro que a investigação precisa apontar algum nexo causal, como por exemplo a constatação de que esse navio foi o único que transportava petróleo e passou pela região atingida, em datas compatíveis. Apontada essa ligação, o ônus da prova passa aos acusados, a quem caberá demonstrar que não foram eles os responsáveis pelo acidente”, afirma Flávia Limmer, professora de Direito Ambiental e Direito do Petróleo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Notificação. O advogado Godofredo Mendes Vianna, sócio do escritório Kincaid e presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, afirma que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, lançada na Jamaica em 1982 e ratificada pelo Brasil, prevê que os navios têm obrigação de informar aos países costeiros próximos a

ocorrência de vazamentos como esse que atingiu a costa brasileira. Vianna lamenta que o Brasil ainda não tenha ratificado uma outra convenção, lançada em 1992, que estabelece um fundo internacional de compensação para acidentes envolvendo petróleo. “Se o Brasil estivesse nessa convenção, teria uma verba imediata para essa emergência, além da expertise de um grupo especializado nesse tipo de acidente”, afirma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: ALTO MAR

O governo federal ainda terá que editar uma MP (Medida Provisória) para liberar recursos para 60 mil pescadores que estão impedidos de trabalhar por causa do derramamento de óleo nas praias do Nordeste. Um decreto foi editado na semana passada, mas até agora nada foi pago.

Caixa

A ideia inicial era liberar o seguro-defeso. Mas ele só é pago quando a pesca está proibida — e isso não ocorre agora com a atividade industrial já que não houve casos de contaminação de pescados ou frutos do mar. A saída então será buscar dinheiro na Defesa Civil.

Caixa 2

Um outro problema: será necessário indenizar catadores de mariscos e caranguejos dos mangues — e eles não têm seguro-defeso. É preciso encontrar uma outra forma de socorrê-los.

Prateleira

A solução para o problema ficou a cargo do Ministério da Economia e da Casa Civil.

Vamos logo

A demora já causa inquietação. “As pessoas podem passar fome”, diz o senador Otto Alencar (PSD-BA). “São trabalhadores que vivem do dinheiro que ganham com o peixe vendido no dia, não têm poupança. E os restaurantes não estão comprando nada deles.”

Culpa

Uma pesquisa realizada pelo instituto Ipespe mostra que 23% dos brasileiros apontam a Venezuela como principal responsável pelas manchas de óleo no mar.

Culpa 2

Em seguida vêm o governo federal (13%), as empresas estrangeiras (8%) e a Petrobras (7%).

Ficha limpa

O Greenpeace, que está processando o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, por insinuar que a entidade tinha algum tipo de responsabilidade no desastre, não é considerado culpado de nada pelos entrevistados.

Mãos

A pesquisa mostra ainda que 70% afirmam que os voluntários têm feito os maiores esforços para enfrentar o problema, contra 11% que aplaudem o governo federal e só 3%, as administrações estaduais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Em nova fase

Com aumento da produção no pré-sal, Brasil deve aproveitar riqueza evitando acidentes ambientais

Se tudo ocorrer conforme o esperado, o leilão dos excedentes de petróleo na área do pré-sal em 6 de novembro, a chamada cessão onerosa, poderá garantir a arrecadação de R\$ 106 bilhões e viabilizar significativo crescimento da produção nacional nos próximos anos.

Com 12 empresas inscritas até agora, o sucesso do leilão firmaria a perspectiva de o país figurar entre os cinco maiores produtores em uma década. A extração de óleo e gás poderá atingir ao menos 5 milhões de barris/dia, cerca de 75% a mais que hoje —e há estimativas de até 7,5 milhões de barris/dia.

Com isso, acredita-se que o país poderá gerar 400 mil empregos no setor nos próximos dois anos.

Ao contrário da década passada, quando a Petrobras centralizava quase todo o investimento, com montantes além de sua capacidade, desta vez haverá divisão de riscos entre várias empresas.

Com regras de conteúdo nacional mais flexíveis e maior atenção a custos, o crescimento promete ser mais sustentável. As mudanças regulatórias para garantir maior concorrência na extração e distribuição de gás natural podem ainda ampliar o impacto econômico.

Em todas as frentes vão se acumulando sinais de que o colapso do modelo anterior está sendo superado. A Petrobras segue em rápido processo de saneamento financeiro e a produção atingiu o recorde de 2,9 milhões de barris / dia no terceiro trimestre, 14,6% a mais que no mesmo período de 2018.

Com o acelerado programa de desinvestimentos, a dívida caiu para 2,6 vezes o resultado operacional no período, metade do nível de 2014, auge da crise da empresa.

Evidências positivas são notáveis também nos royalties transferidos a estados e municípios e a esperada elevação da produção nos próximos anos deve garantir rápida expansão desses volumes, cuja destinação precisa ser bem pensada.

Além de evitar que a arrecadação vire despesas de custeio e benesses para a elite do funcionalismo, como é tradição no Brasil, o foco deve ser o investimento em educação, saúde e saneamento, para que se quebrem os mecanismos que reproduzem a pobreza.

Também é fundamental reforçar a proteção ambiental. Como o vazamento recente demonstra, qualquer acidente pode ter consequências catastróficas, ainda mais considerando o tamanho da produção na costa brasileira e o aumento sensível que deve ocorrer no trânsito de navios.

O país deve adotar desde logo um plano ambicioso de prevenção, com recursos suficientes e as melhores práticas internacionais.

O pré-sal é uma realidade que garantirá preciosas somas por algumas décadas à frente. Usá-las de forma responsável é o desafio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Navio grego é alvo da PF por vazamentos de óleo no NE

Navio grego é suspeito de vazar óleo no Brasil

Embarcação que vinha da Venezuela estava em local e data indicados como marco zero; empresa diz que não foi procurada

São Paulo e Brasília - Dois meses após a chegada das primeiras manchas de óleo ao Nordeste brasileiro, uma investigação feita em parceria por Polícia Federal, Marinha, Ministério Público Federal, órgãos ambientais, universidades e a Agência Nacional do Petróleo, identificou o principal suspeito pelo maior desastre ambiental no litoral do país.

O navio Bouboulina, de bandeira grega e de propriedade da também grega Delta Tankers, foi indicado como o responsável pelo derramamento, ocorrido provavelmente em 28 ou 29 de julho, a cerca de 700 km a leste da Paraíba.

As manchas de óleo começaram a ser registradas na costa do Nordeste em 30 de agosto, justamente na Paraíba. Não se sabe ainda se o derramamento foi acidental ou intencional.

Nesta sexta-feira (1º), a Polícia Federal deflagrou a Operação Mácula para apurar a origem e a autoria do vazamento e cumpriu dois mandados de busca e apreensão em duas empresas no Rio de Janeiro ligadas à Delta Tankers.

Com informações da Marinha, a diretoria de inteligência policial da PF concluiu que “não há indicação de outro navio (...) que poderia ter vazado ou despejado óleo, proveniente da Venezuela”.

O Ministério Público Federal concordou com a manifestação da PF e pediu à Justiça Federal a expedição dos mandados, emitidos pelo juiz da 14ª vara criminal do Rio Grande do Norte.

Segundo o delegado de Polícia Federal Agostinho Cascar-do, um dos responsáveis pela investigação no Rio Grande do Norte, as duas empresas no Rio de Janeiro ligadas à dona do navio petroleiro — Lachman Agência Marítima e Witt O'Brien's — não são, a princípio, suspeitas de crime, mas podem ter informações e dados úteis para a PF.

Segundo a investigação, a Lachman agencia a Delta Tankers no Brasil, e a Witt O'Brien's faz recomendações e planos para a Delta em casos de desastre no mar. As duas empresas negam vínculos com a Delta Tankers e dizem estar à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

Segundo Cascar-do, o navio está agora na costa da África. A Folha apurou que ele está na África do Sul. A PF solicitou, via Interpol, dados adicionais sobre a embarcação, tripulação e empresa responsável.

O inquérito policial sobre o caso, no Rio Grande do Norte, teve acesso a imagens de satélite que partiram das praias atingidas até o ponto de origem de forma retrospectiva.

Segundo a Marinha e o Ministério da Defesa, a investigação contou com esforços em diferentes áreas, como o estudo da influência das correntes oceânicas, a análise do tráfego marítimo, o uso de geointeligência e a análise química dos resíduos.

Análises feitas pela Petrobras e pela Universidade Federal da Bahia apontaram, primeiramente, que o óleo que chegou ao Brasil tinha sido produzido na Venezuela.

Estudos realizados pelo Centro de Hidrografia da Marinha junto a universidades e instituições de pesquisa depois determinaram uma área inicial de possível ocorrência do descarte de óleo. A partir dessa área inicial e com dados sobre o tráfego marítimo obtidos pelo Centro Integrado de Segurança Marítima (Cismar), a Marinha chegou a um número de 1.100 navios e depois refinou para 30.

Paralelamente, uma empresa privada especializada em geointeligência ofereceu seu serviços de forma espontânea e indicou uma mancha de óleo no dia 29 de julho a 733 km a leste da Paraíba e fragmentos se movendo em direção à costa brasileira.

Dos 30 navios suspeitos, um único navio tanque, de bandeira grega, encontrava-se na área de surgimento da mancha na data transportando óleo cru proveniente do porto Jose Terminal de carregamento de petróleo, na Venezuela. O sistema de rastreamento da embarcação confirma a passagem pelo ponto de origem do óleo depois de ter atracado na Venezuela em 15 de julho a caminho da África.

De acordo com a Marinha, esse mesmo navio ficou detido nos EUA por quatro dias, devido a “incorrekções de procedimentos operacionais no sistema de separação de água e óleo para descarga no mar”. O MPF disse que o impacto do derramamento de óleo é de “proporções imensuráveis”. O desastre atingiu estuários, manguezais e foz de rios, com prejuízos para as atividades pesqueira, de maricultura e turística.

Nesta sexta (1º), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, admitiu, em entrevista à rádio Jovem Pan, que o governo não estava preparado para lidar com uma crise ambiental como essa. Salles disse que os governos anteriores ao de Jair Bolsonaro (PSL) não fizeram bons investimentos na Marinha e que o

Ministério da Defesa e a Marinha poderiam ter respondido melhor ao surgimento das manchas de óleo se estivessem mais preparados.

Segundo o Ibama, 286 locais em 98 cidades de todos os estados do Nordeste foram atingidos por manchas de óleo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Proprietária de navio diz que não foi procurada pelo Brasil

ATENAS (GRÉCIA) | REUTERS - A empresa Delta Tankers, proprietária do navio de bandeira grega Bouboulina, disse nesta sexta (1º) que não foi contatada pelas autoridades brasileiras que investigam a origem do vazamento de óleo que atinge o litoral do Nordeste.

“Nem a Delta Tankers nem a embarcação foram contatadas pelas autoridades brasileiras em relação a essa investigação”, disse em nota.

As duas empresas no Rio de Janeiro que foram alvos de mandados de busca e apreensão pela Polícia Federal negaram vínculos com o navio de bandeira grega apontado como o principal suspeito pelo vazamento de óleo que atinge o Nordeste brasileiro.

A Lachman Agência Marítima disse que presta serviço para as empresas de navegação e não tem vínculo ou ingerência sobre a operacionalidade, navegabilidade e propriedade das embarcações. A Witt O'Brien's disse que “o navio ou seu armador jamais foram clientes da empresa”.

Com São Paulo

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Rotas da energia do sol ao carvão

O setor de energia está no meio de discussões de alta voltagem sobre as várias fontes. A Aneel propôs reduzir incentivos já dados para a energia solar e acabar com eles no futuro. O setor acha que é quebra de contrato e que a geração distribuída de energia fotovoltaica é a que deveria crescer no Brasil pela sua baixa emissão. A Aneel diz que os incentivos ao solar custam hoje R\$ 340

milhões e vão crescer. O subsídio ao uso do carvão custa três vezes mais, R\$ 1 bilhão, e o governo quer que o BNDES volte a financiar termelétricas a carvão, medida suspensa no governo Temer. **O ministro Bento Albuquerque** não esconde sua intenção de ampliar a cara e perigosa energia nuclear.

O setor de energia é todo dividido. Cada fonte faz o seu lobby. Cabe ao governo e aos reguladores terem visão do interesse público, mas o que mais se vê em qualquer administração é autoridade defendendo lobbies. Atualmente há risco de o país ir no sentido contrário à tendência do mundo atual que é estimular fontes que tenham baixa emissão de gases de efeito estufa e sejam renováveis. Se o caminho for subsidiar ainda mais as termelétricas a carvão, que já são caríssimas e têm a maior emissão possível, e ainda retomar o delírio de centrais nucleares, o país estará muito mal. No rota oposta à que deveria ir.

A chamada geração distribuída, fornecida por casas, prédios, empresas urbanas e rurais que instalaram painéis solares, cresceu fortemente nos últimos anos desde que foi regula-mentada em 2012 e depois em 2016. Há também a geração centralizada, em que o governo contrata através dos leilões e cuja energia é fornecida pelas centrais fotovoltaicas.

O argumento de especialistas do setor é que quem investiu em painéis solares na sua casa, ou escritório, o fez contando que durante 25 anos teria um incentivo. Hoje ele produz energia para seu uso e para jogar na rede, e quando não está gerando utiliza a energia da distribuidora. E tem um encontro de contas. Se gerar mais energia no mês do que consumiu, ganha um crédito de energia para abater no mês seguinte. Se não usar em 60 meses, perde. A Aneel está propondo uma mudança. Em termos simplificados, em vez de compensar cada unidade entregue à rede por outra que utiliza, ao final, quem produzir perderá 60%. Ou seja, entrega um quilowatt na rede e só tem crédito de 40%. O argumento da Aneel é que se o consumidor recuperar 100% da energia que colocou alguém terá que pagar pelo uso da rede e os encargos. Quem investiu argumenta que a lei previa 25 anos para as atuais regras. A Aneel quer diminuir para 10 anos, e não dar o mesmo estímulo aos futuros investimentos.

Na verdade, a energia gerada só existe porque ele investiu, e esse investimento terá que ser amortizado. Já para as outras energias quem fez o investimento no aumento da oferta foi o governo.

— Não se justifica que o consumidor seja obrigado a pagar esses componentes da rede quando em uma parte do dia ele não utiliza. Quem consome a sua energia é o vizinho, a indústria do lado, que não passou pelo sistema de transmissão. O modelo brasileiro seguiu o americano, que faz o encontro de contas entre toda a energia que você produziu e toda a que você consumiu, e paga-se pela diferença. Hoje já é cobrado o custo de disponibilidade, para

remunerar a rede que está disponível. Se você fechar o apartamento e nada consumir, vai continuar pagando esse custo, como existe na conta de água — diz Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

A Aneel diz que o estímulo fez crescer fortemente a oferta, de zero, a 1,3 mil megawatts em poucos anos. E que nessa proporção, o subsídio chegaria a R\$ 34 bilhões em 2035. O setor duvida dos números e acha que ela não tem sido transparente.

O debate é técnico e espinhoso. Mas o fundamental neste momento é pensar nas escolhas que o país fará. Com tanto sol e vento, com as experiências bem-sucedidas, é impressionante que se gaste R\$ 1 bilhão por ano com o subsídio ao carvão, e o governo queira voltar a financiar as térmicas. E que o MME anuncie planos de construir seis centrais nucleares até 2050, fonte que tem sido abandonada em outros países, porque custam caríssimo, como o Brasil sabe bem, e porque são perigosas como o mundo aprendeu em Fukushima e Chernobyl.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA, RAMONA ORDONEZ E PEDRO CAPETTI RIO E BRASÍLIA

Título: Cessão onerosa é ‘suco de jabuticaba’, diz Guedes

Comentário é referência a modelo de contrato para exploração de óleo que só existe no país. Ministro afirma que ‘promover desorganização social com choque de petróleo não é nosso cardápio’ ao citar convite da Arábia Saudita para integrar a Opep

Na assinatura de um contrato que viabiliza o megaleilão do pré-sal na próxima semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a cessão onerosa é “o suco da jabuticaba”, uma forma de deixar claro que este modelo de contrato para exploração de petróleo só existe no Brasil. Nesta semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já havia se referido ao termo como “monstrengo”

A cessão onerosa é o modelo de contrato pelo qual a Petrobras recebeu do governo, em 2010, o direito de explorar uma área do pré-sal, com estimativas na época de até 5 bilhões de barris de petróleo. A negociação foi o caminho para capitalizar a estatal, que precisava de recursos diante dos investimentos

necessários no pré-sal. Mais tarde, foi descoberto que o volume de petróleo era muito maior, e é este excedente que vai a leilão.

— Foi dito que a partilha (modelo de exploração usado no pré-sal, em que a União é considerada a dona do petróleo) é uma jabuticaba. A cessão onerosa é o suco da jabuticaba—disse Guedes.

O contrato firmado entre União e Petrobras considerava o valor do barril de petróleo a US\$ 8,51 o barril. Mas a negociação já previa que os termos seriam revistos depois que fosse determinada a comercialização dos campos, quando se comprova que a produção é economicamente viável.

NUNCA TINHA OUVIDO FALAR'

Ontem, o ministro participou da cerimônia de assinatura do aditivo do contrato com a estatal, alcançado após anos de conversas com a União e que prevê que a Petrobras receberá R\$ 34,6 bilhões do valor arrecadado no leilão. Caso todos os blocos sejam arrematados, o governo levantará R\$ 106 bilhões no certame.

—O contrato foi negociado sem resultado ao longo de quatro anos. Agora, teremos o maior leilão de petróleo do mundo. Tem o Campo de Búzios, que é o maior campo de petróleo do mundo. Criou-se um contrato extremamente complexo, uma verdadeira jabuticaba, que dificultou muito a resolução, mas todos conseguiram superar —disse Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também destacou a complexidade do contrato:

—Há dez meses e meio nunca tinha ouvido falar de cessão onerosa. Quando o presidente me convidou para ser ministro, ele disse que o leilão era o desafio. Fiquei com vergonha de perguntar para o presidente o que era cessão onerosa. Vamos transformar o patrimônio brasileiro em riqueza e renda.

'É IGUAL NAMORO'

Segundo Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), dependendo do volume da produção e das taxas de câmbio e dólar, os campos que serão leiloados na próxima semana poderão render ao governo algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 80 bilhões.

No momento em que o país se prepara para se tornar o quinto maior produtor de petróleo no mundo, Guedes comentou o convite da Arábia Saudita para que

o Brasil integre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Segundo ele, o Brasil não tem o espírito de controlar preços de barris, como faz a Opep, mas o convite é natural, dada a perspectiva de aumento da produção.

— Promover desorganização social com choque de petróleo não é muito o nosso cardápio, mas sentamos para conversar —disse. —Nossas concepções jamais seriam de usar cartéis. Defendemos a democracia, a economia de mercado, podemos montar alianças geopolíticas que não afetem o comércio.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, porém, que conversará com o **ministro de Minas e Energia** sobre o convite da Arábia Saudita.

— É um convite apenas. Igual namoro. Quer namorar comigo? Não quer? Parte para outra ou fica mandando rosas, né? —disse Bolsonaro.

Técnicos do governo vão defender que o Brasil não entre na Opep. A avaliação é que não há vantagem econômica. Apesar de a produção local ser dominada pela Petrobras, o país busca investimentos estrangeiros. A Opep exige cortes de produção, por exemplo, o que não agrada ao Brasil, segundo fontes.
(Colaboraram Gustavo Maia e Manoel Ventura)

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Um Crivella pode custar ao país uns US\$ 30 bilhões

Acredite. A poucos dias do leilão da ANP, marcado para quarta agora, a decisão de Marcelo Crivella de derrubar na porrada os postos de pedágio e o contrato de concessão da Linha Amarela encheu de preocupações graduados executivos do setor de óleo e gás, que estão nos arranjos finais na formação de consórcios para a disputa.

Para um deles, trata-se de uma “bola fora” dada por um agente público, em um país que tenta a todo custo atrair mais recursos externos para acelerar a geração de investimentos em infraestrutura, emprego e renda.

Aliás...

Se não saírem todos os quatro blocos em oferta por causa das ações de Crivella, o prefeito do Rio poderá entrar no “Guinness”, o livro de recordes, pelo tamanho do estrago — mas, na verdade, como já foi publicado aqui, também há outros motivos de natureza econômica para eventuais desistências.

Calma, gente!

Ciro Gomes, com seu jeitinho, digamos, “deixa que eu chuto”, foi muito aplaudido, ontem, em evento da Coppe. Depois de chamar os militares da reserva que trabalham no governo Bolsonaro de “abobalhados”, ele disparou:

— O papel deles era o de defender a Petrobras. Não era para agirem dessa forma.

No mais...

Imagino que Bolsonaro deve achar análise coisa de “frouxo”. Mas um psicanalista poderia ajudá-lo a entender por que o candidato de centro-direitano Uruguai, Luis Lacalle Pou, não quer o apoio dele no segundo turno, e o próprio Mauricio Macri, que ele apoiou na Argentina, defendeu seu oponente, Alberto Fernández, das críticas do presidente brasileiro. É muita rejeição!

PERGUNTAR NÃO OFENDE

Porque entidades patronais se omitem diante de declarações antidemocráticas, como a da hipótese da volta do AI-5, de Eduardo Bolsonaro?

Cartas para a redação.

Combustível na arrecadação

As ações realizadas pela fazenda estadual, principalmente no setor de combustíveis, ajudaram o estado do Rio a elevar em R\$ 400 milhões a arrecadação em outubro, na comparação com o mesmo período de 2018.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: VINICIUS SASSINE E JAILTON DE CARVALHO BRASÍLIA

Título: Navio que derramou óleo no Nordeste é grego, diz PF

ORIGEM DA TRAGÉDIA

Navio grego é apontado como principal suspeito de derramar óleo no Brasil

Dois meses e dois dias depois de as primeiras manchas de petróleo surgirem em uma praia do Nordeste brasileiro, a Polícia Federal (PF) e a Marinha apontaram

como responsável pelo vazamento do óleo o navio mercante de bandeira grega Bouboulina, da empresa Delta Tankers LTD, que transportava o material após ter aportado na Venezuela. A PF deflagrou uma operação ontem, batizada de Mácula, e fez buscas e apreensões em duas empresas que teriam relação com a Delta Tankers no Brasil.

As investigações prosseguem para saber as circunstâncias do vazamento. Policiais, procuradores da República e integrantes da Marinha querem saber se o derramamento de petróleo, que causa uma tragédia ambiental de proporção continental, foi intencional ou incidental.

A Justiça Federal autorizou buscas e apreensões na empresa Lachmann Agência Marítima, que foi agente marítima da Delta Tankers no Brasil, segundo as investigações, e na Witt O'Brien's, que atua com gestão de risco de desastres marítimos. Os endereços das duas são no Centro do Rio. Tanto a PF quanto o Ministério Público Federal (MPF) afirmaram que as empresas não são investigadas, mas, por serem os prováveis contatos da Delta Tankers, poderiam ter informações sobre o Bouboulina.

As investigações mostraram que o navio ficou detido nos Estados Unidos, em abril, por quatro dias, conforme documento encaminhado pela Marinha à PF. A detenção ocorreu por “incorrekções de procedimentos operacionais no sistema de separação de água e óleo descarga no mar”.

‘CRIMINOSAMENTE OMISSOS’

“A materialidade restou incontroversa tendo em vista as centenas de toneladas de óleo negro encontradas em centenas de praias do Nordeste e coletadas em dezenas de amostras por diversos setores técnico-científicos da PF, apontando a autoria para o navio mercante Bouboulina, de bandeira grega, o qual teria sido a única embarcação a passar pelo polígono suspeito demarcado como ponto de origem”, afirma o juiz federal Francisco Eduardo Farias na decisão que autorizou as buscas. A mancha no mar levada em conta nas investigações tem data de 29 de julho, com origem a mais de 700 quilômetros da costa nordestina. Diversos laudos mostraram que o petróleo tem origem venezuelana.

A PF pediu informações à Marinha sobre embarcações que passaram por aquele ponto, naquele dia, e a Força informou que não havia outra embarcação que partiu da Venezuela e que poderia ter deixado a mancha, além do Bouboulina. O navio atracou na Venezuela em 15 de julho e lá permaneceu por três dias. Depois, dirigiu-se a África do Sul e Nigéria. A Marinha não conseguiu dados sobre a tripulação. Uma empresa privada de análise de imagens auxiliou na localização da embarcação e ainda na identificação do que seria a imagem

original do vazamento. Segundo a empresa HEX, a mancha de óleo, na origem, teria 200 quilômetros de extensão.

Os crimes investigados são de poluição da natureza com dano à saúde humana e mortandade de animais, a partir de lançamento de óleo no mar. A pena de prisão é de um a cinco anos. Também é investigado o crime de “deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental”, com pena de um a três anos de prisão. Mas só depois de concluídas as investigações, para as quais a PF pediu ajuda de cinco países —Nigéria, África do Sul, Grécia, Cingapura e Venezuela —, os crimes cometidos serão definidos.

A Delta Tankers, o comandante do Bouboulina e a tripulação foram “no mínimo criminosamente omissos” ao deixar de comunicar o vazamento, segundo afirmação do MPF no pedido de busca e apreensão. “É incontestável a existência de fortes indícios no sentido de que navio mercante Bouboulina foi o envolvido com o vazamento de petróleo que gerou uma poluição marinha sem precedentes na história do Brasil”, dizem os procuradores Cibele Benevides e Victor Mariz.

Em nota, a Delta Tankers afirmou que nem a empresa nem o navio foram procurados pelas autoridades brasileiras para tratar das investigações. A Lachmann disse que não tem vínculo com a propriedade da embarcação, sendo apenas prestadora de serviço, e que foi solicitada a colaborar com as investigações. A Witt O'Brien's informou ter contrato com o Bouboulina para navegação em Estados Unidos, Canadá e Canal do Panamá. No Brasil, “não possui nem nunca possuiu contrato com a Delta Tankers’..

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Para cientistas, faltam dados que ajudem a conter crise ambiental

Informações sobre o modo como óleo foi derramado são consideradas cruciais para traçar estratégias de conservação

Ainda que as investigações do governo federal tenham apontado um suspeito para o vazamento de óleo que manchou todos os estados do Nordeste, pesquisadores consideram as informações descobertas até agora insuficientes para amenizar o impacto provocado pela tragédia ambiental.

Entre as principais preocupações está o desconhecimento sobre o ponto exato em que o óleo foi derramado no oceano pelo petroleiro Bouboulina — segundo a investigação, o episódio teria ocorrido a 700 quilômetros do litoral da Paraíba.

Há, na região, uma corrente marítima que bifurca eleva a mancha de óleo para o sul e o norte.

Professor de Meteorologia da UFRJ e colaborador da Coppe, Luiz Paulo Hassad defende a montagem de um sistema de computação que identifique propriedades químicas da mancha e os compostos liberados por ela na água.

— Deveríamos conhecer o óleo e seu deslocamento até, no máximo, meados de setembro, o que permitiria reposicionar as embarcações para bloquear a substância. Mas já se passou muito tempo —lamenta. — Não ganhamos novas estratégias para evitar que as manchas atinjam praias, costões e recifes de corais.

Há, ao menos, três perguntas-chave a serem respondidas, diz Salvatore Siciliano, especialista em vida marinha do Instituto Oswaldo Cruz (IOC): a quantidade de óleo vazado, a porção que está no oceano e quanto dele chegará à costa brasileira.

— O óleo não é visto na superfície, mas também não vai para o fundo do oceano. Permanece na zona que tem até cem metros de profundidade: aquela que recebe a luz do sol e é mais rica em biodiversidade —atenta.

Siciliano avalia que os dados disponíveis sobre o trajeto do petroleiro Bouboulina não possibilitam medidas práticas contra os danos ambientais.

— Não é possível montar uma rede de boias de centenas de quilômetros no meio do oceano, sujeitas a fatores como ondulações. Esse plano é financeiramente inviável.

MAIS ANIMAIS MORTOS

Até o final de outubro, o Iba-ma registrou a morte de aproximadamente 80 animais em decorrência do contato com o óleo. É, segundo Siciliano, uma proporção mínima em relação à realidade. O cientista da IOC destaca que, em média, apenas 2% a 4% dos mamíferos marinhos mortos chegam às praias. A estatística também valeria para répteis, como tartarugas, e aves.

Coordenador de Pesquisas do Coral Vivo e pesquisador do Instituto Oceanográfico da USP, Miguel Mies enumera outros dados fundamentais para os cientistas:

— Precisamos saber se o óleo foi derramado de uma vez só ou ao longo da trajetória seguida pelo petroleiro. E, também, a sua composição original, já que ele passa por uma série de modificações

enquanto chega na praia. Tendo essas ferramentas, poderemos prever quando e quanto óleo chegará à costa, para deslocar barreiras no momento certo.

Mies sublinha que novos planos de contingência devem ser montados para proteger áreas ainda não atingidas pelo óleo, inclusive na Região Sudeste. Outra prioridade é investir em tecnologias que limpem ecossistemas mais delicados, como os manguezais, localizados em regiões de sedimentos finos, onde o óleo penetra facilmente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/11/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Volume do vazamento é incerto

O comandante e a empresa estão sendo investigados por pelo menos três tipos de crime: poluir o meio ambiente, não adotar medidas preventivas para evitar danos ambientais e por não comunicar às autoridades competentes o derramamento de óleo na costa brasileira. Para a polícia, são fortes os indícios de materialidade e autoria.

> Nos últimos sinais emitidos, ainda na tarde de ontem, o navio estava atracado na África do Sul e não declarava para onde iria. Os sistemas de monitoramento apontavam que a embarcação declarava estar aguardando instruções (status “for orders”). O Bouboulina estava navegando para leste a baixa velocidade (11 nós, ou 20 km/h), no Banco das Agulhas, na direção do Oceano Índico. A Polícia Federal ainda acionou a Interpol (Polícia Internacional) para identificar e localizar o comandante do navio e os dirigentes da empresa.

> Ainda não se sabe com exatidão o volume de óleo derramado. O Bouboulina estava com um milhão de barris de petróleo venezuelano do tipo Merey 16 cru. Em entrevista ao GLOBO, a procuradora Cibeles Benevides, do MPF-RN, explicou que o volume é potencialmente muito superior ao retirado das praias do Nordeste, estimado pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA) da Marinha em 3.647 toneladas na última atualização divulgada à imprensa. “Cerca de 40% do óleo vazado normalmente evapora (em alto-mar). Isso significa que 40% a mais (do que foi encontrado) foi derramado. Além disso, um grande percentual decanta no fundo do mar. O que chegou não foi tudo, e ainda há manchas chegando ao litoral”, diz Benevides.

> José Carlos Seoane, professor do Departamento de Geologia da UFRJ e especialista em sensoriamento, afirmou que dificilmente o material chegará ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, pois provavelmente vai encontrar a linha da

costa baiana antes, mas “nada impede que outras venham a chegar ao Rio”. O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), criou um grupo de trabalho especial para monitorar o avanço do óleo cru. O governo do Espírito Santo também organizou um comitê similar para acompanhar o risco da contaminação chegar à Região Sudeste. Trancoso, o ponto mais ao Sul confirmado, está a 200 km do ES.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: Criminosamente omissos

O petroleiro de bandeira grega NM Bouboulina, pertencente à empresa Delta Tankers, teria algum envolvimento com o vazamento de petróleo que gerou “uma poluição marinha sem precedentes na história do Brasil”. É o que consta da representação da Operação Mácula, deflagrada ontem, pela Procuradoria do Rio Grande do Norte, na qual destaca a “cristalina existência de fortes indícios” da participação da embarcação no episódio e que seus responsáveis foram “criminosamente omissos”.

A representação do Ministério Público Federal (MPF) do Rio Grande do Norte é assinada pelos procuradores Victor Manoel Mariz e Cibele Benevides Guedes da Fonseca, que indicam ainda que há fortes indícios de que a proprietária da embarcação, o comandante do navio mercante e a tripulação deixaram de comunicar às autoridades sobre o derramamento de “petróleo cru” no Oceano Atlântico.

Pela manhã, a Polícia Federal realizou buscas em dois endereços do Rio de Janeiro — da Lachmann Agência Marítima e da empresa Witt O’Brien’s Brasil. As companhias teriam relação com o petroleiro, de bandeira grega. As empresas não são vistas como suspeitas, segundo o delegado Agostinho Cascardo, mas podem ter arquivos, informações e dados que sejam úteis às investigações. Mais de 100 megabytes de informações foram apreendidos durante as diligências no período da manhã.

Victor e Cibele classificaram as buscas como “necessárias e urgentes” para coletar documentos que auxiliem no esclarecimento do episódio. O pedido foi acolhido pelo juiz Francisco Eduardo Guimarães, da 14ª Vara Federal de Natal, que autorizou as buscas nas empresas ligadas à Delta Tankers

Satélite flagrou

“Ocorre que, com os dados que estão no inquérito, apesar de já ser possível falar sobre materialidade, autoria e circunstâncias no crime do artigo 68, ainda restam dúvidas sobre as circunstâncias do crime do artigo 54, não sendo possível afirmar categoricamente se tal crime foi doloso ou culposos, se houve motivação, assunção de risco, negligência, imprudência ou imperícia, conclusões que poderão ser alcançadas no decorrer das investigações ora requeridas e de outras possíveis já na fase ostensiva da apuração”, dizem os procuradores na ação.

De acordo com nota conjunta divulgada pelo Ministério da Defesa, pela Marinha e pela Polícia Federal, por meio de geointeligência a PF identificou uma imagem de satélite de 29 de julho relacionada a uma mancha de óleo a 733,2 km (cerca de 395 milhas náuticas) a leste do estado da Paraíba. Segundo os órgãos, essa imagem foi comparada com imagens de datas anteriores, em que não foram identificadas manchas.

Considerando que análises de laboratório haviam indicado que o óleo coletado nas praias do Nordeste, as investigações trabalharam com dados de carga, portos de origem, rota de viagem e informações de armadores.

“Dos 30 navios suspeitos, um navio-tanque de bandeira grega encontrava-se navegando na área de surgimento da mancha, na data considerada, transportando óleo cru proveniente do terminal de carregamento de petróleo San José, na Venezuela, com destino à África do Sul”, informa a nota. O cruzamento das imagens de satélite com os outros dados apontaram esse navio como principal suspeito.

Segundo a Marinha, o Bouboulina ficou detido nos Estados Unidos por quatro dias devido a “incorrekções de procedimentos operacionais no sistema de separação de água e óleo para descarga no mar”. De acordo com a PF, a embarcação atracou na Venezuela em 15 de julho, onde permaneceu por três dias. Depois seguiu rumo a Cingapura, pelo Oceano Atlântico, tendo atracado na África do Sul.

- **Secretário: peixe “foge” do óleo**

O vazamento de óleo cru no litoral nordestino não interfere no consumo de peixe. Foi o que garantiu o secretário de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Junior, ontem, em uma “live” ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo ele, os animais fogem e não têm contato com o óleo. “O peixe é um bicho inteligente. Quando ele vê uma mancha de óleo ali, capitão (referindo-se a Bolsonaro, ao seu lado), ele foge, ele tem medo.

Então, obviamente, você pode consumir o seu peixinho, sem problema nenhum. Lagosta, camarão, tudo perfeitamente sano (sic), capitão”, assegurou. De acordo com o professor de zoologia da Universidade de Brasília, Eduardo Bessa, peixes possuem uma inteligência surpreendente em relação ao tamanho da massa cerebral, mas isso não é suficiente para salvar-lhes a vida.

Empresas negam contato com navio

As duas empresas que tiveram mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal, na manhã de ontem, quando foi deflagrada a Operação Mácula —que investiga o vazamento de óleo em praias do Nordeste — emitiram notas nas quais negam envolvimento com o caso. Enquanto a Lachmann Agência Marítima afirmou “não ser alvo da investigação”, a Witt O'Brien's Brasil declarou que “jamais” teve como cliente da empresa (Delta Tankers) cujo navio (NT Bouboulina) é apontado como causador da tragédia ambiental. Nem o nome da companhia, nem o da embarcação são citados nos textos.

No início da manhã, agentes da PF estiveram nas sedes das empresas, na região central do Rio. Cumpriam mandados de busca e apreensão emitidos pela 14ª Vara Federal Criminal do Rio Grande do Norte.

Ainda de manhã, um representante da Witt O'Brien's Brasil disse que os agentes não levaram nenhum documento. À tarde, a empresa encaminhou nota negando ter entre seus clientes o navio de bandeira grega apontado pelo vazamento.

“Países como Canadá, Estados Unidos, Panamá e Argentina exigem que os navios que se dirigem aos seus portos tenham contratos pré-estabelecidos com empresas de atendimento e gerenciamento de emergências”, informou a Witt O'Brien's Brasil, acrescentando que a operadora “é uma das grandes provedoras desse tipo de serviço de prontidão para gerenciamento de emergências em navios nos Estados Unidos, porém seus contratos não guardam nenhuma relação com a empresa no Brasil”.

Por sua vez, a Lachmann disse em nota que “não é alvo” da investigação sobre o vazamento. Afirmou ainda que “foi tão somente solicitada pela Polícia Federal a colaborar com as investigações”. Ainda segundo a empresa, não tem “nenhum vínculo ou ingerência sobre a operacionalidade, navegabilidade e propriedade das embarcações”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 02/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Renato Souza****Título: Mancha inicial tinha 200 km**

A empresa brasileira Hex, especializada em tecnologias geoespaciais, e que colaborou com órgãos de governo para identificar o local do vazamento e a embarcação que provocou a poluição por óleo na costa do Nordeste — a princípio o petroleiro de bandeira grega Bouboulina —, afirmou que a mancha localizada na região do derramamento tinha aproximadamente 200 quilômetros de extensão. De acordo com a empresa, o material apareceu pela primeira vez em imagens de satélite registradas entre os dias 28 de julho e 1º de agosto. A partir do cruzamento de informações, a Hex identificou que o vazamento partiu do navio Bouboulina, da Delta Tankers.

Os satélites utilizados pela Hex para investigar de onde partiu o vazamento, e a embarcação que transportava o óleo, são da Agência Espacial Europeia (ESA, sigla em inglês) e da Agência Espacial dos Estados Unidos (Nasa). Os técnicos fizeram uma varredura das imagens de arquivo, utilizando um programa de inteligência artificial. O diretor executivo da Hex, Leonardo Barros, destacou que apesar da amplitude da mancha no local do vazamento, a quantidade de material derramado no oceano pode ser maior, pois havia, também, óleo submerso.

Ao refazer a rota do navio, a Hex descobriu que a embarcação partiu da Venezuela, aportando antes na África do Sul. “A partir da localização da mancha e da confirmação, começamos a trabalhar com dados AIS (Automatic Identification System) para encontrar embarcações. Dados da Airbus Defense Space, que topou investir neste trabalho, foram fundamentais para identificar o navio. Não fomos contratados para este serviço. Decidimos investir neste trabalho por conta própria.”

Apesar de não ter sido contratada pelo governo, a Hex confirmou que foi procurada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para ajudar nas investigações. O relatório da empresa foi enviado para a Polícia Federal. O Bouboulina carregou 1 milhão de barris no Porto de San Jose, na Venezuela, e zarpou no dia 18 de julho.

MME / ASCOM .